**J U S T I F I C A T I V A:**

A busca pelo equilíbrio financeiro com a consequente entrega de melhores serviços aos porto-alegrenses é a bússola que guia o nosso trabalho na Prefeitura de Porto Alegre desde janeiro de 2017. Esta peça orçamentária, ora apresentada para apreciação dos vereadores e que será implementada no último ano do governo, consolida a nossa missão de fazer cada vez mais a despesa ser coberta pela receita e, o mais importante, colocar os recursos públicos em ações, iniciativas e obras que sejam relevantes para a vida de 1,5 milhão de cidadãos. Com transparência, implementamos uma gestão eficiente para transformar de fato a nossa cidade. O rigor orçamentário agora se transforma em investimentos históricos para Porto Alegre.

É preciso lembrar que há 20 anos a prefeitura de Porto Alegre opera no vermelho, gastando mais do que arrecada. Quando assumimos a administração da capital, nos deparamos com uma realidade desconhecida pela maioria da população. Pagamentos de fornecedores atrasados, crescimento dos gastos com pessoal e custeio da máquina, burocracia excessiva e necessidade de reformas estruturais para conter o *déficit* desenfreado das contas públicas.

No caminho do ajuste fiscal, agimos com verdade e fizemos nossa parte. Não responsabilizamos os governos estadual ou federal pela crise. Reduzimos gastos com pessoal, cortamos despesa, promovemos reformas essenciais — como a reestruturação da Previdência Municipal e a atualização da planta do IPTU — corrigimos leis para gerar receitas e investimos nas parcerias público-privadas para desestatizar serviços e entregar melhores resultados. A PPP da iluminação, por exemplo, vai modernizar todos os pontos de luz da cidade e gerar mais economia e segurança. É um investimento vultoso, histórico, que muda o presente e projeta o futuro da capital dos gaúchos.

Com o apoio fundamental da maioria dos vereadores, mudamos o futuro da cidade. As medidas estruturais adotadas nos últimos três anos atenderam aos interesses coletivos e beneficiaram todos os porto-alegrenses. As reformas caminham inversamente aos interesses eleitoreiros e de corporações e permitiram a cidade reequilibrar as finanças, retomar o desenvolvimento e, essencialmente, recuperar o orgulho dos moradores.

Ao melhorar a relação entre receitas e despesas, Porto Alegre voltou a ter credibilidade das instituições financeiras, o que lhe possibilitou tomar novos financiamentos. Até 2020, o valor projetado de captação gira em torno **de R$ 900 milhões**. Entre os projetos estão a construção da nova estação de tratamento de água que acabará com o desabastecimento de água no Extremo Sul e para requalificação estrutural de vias e construção de moradias. Com trabalho sério e transparência, arrumamos a casa e nos permitimos sonhar com um futuro mais organizado. A partir de agora, nossa cidade vai melhorar de forma gradativa e permanente.

A Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2020, que apresentamos neste projeto de lei, expressa a situação das contas do Município, com um *déficit* de R$ 336,5 milhões. A receita total deverá ser de **R$ 7,942 bilhões**, e a despesa total, de **R$ 7,942 bilhões**. O *déficit* projetado sinaliza ainda uma necessidade de esforços para que reduza a despesa da máquina, ao mesmo tempo em que se aumente a arrecadação para que se atinja o equilíbrio financeiro ao final do exercício. Em 2019, o *déficit* projetado no Orçamento foi de R$ 918 milhões, quando previmos o que seria ideal para a cidade. Em 2020, estamos mais próximos disso.

As reformas estruturantes foram feitas até o terceiro ano do Governo, e o reflexo aparecerá a partir do próximo ano, e, sobretudo, para a próxima gestão. Se tivéssemos feito no primeiro ano, os grandes efeitos seriam sentidos já em 2018. A próxima gestão receberá um cenário financeiro melhor do que em 1º de janeiro de 2017, melhor do que existe há 20 anos.

Para 2020, o *déficit* é menor, mas ainda preocupante. Seguiremos trabalhando para que o Município atinja o equilíbrio financeiro e entregue mais serviços às comunidades, com avanços na área da saúde, na prestação de serviços, no acesso à cultura e com políticas públicas realmente eficientes para quem vive em situação de vulnerabilidade tenha a chance de caminhar na direção de um futuro melhor, gerando emprego, renda e cidadania. Para isso, as premissas que norteiam a peça orçamentária são a transversalidade das ações na área social, o atendimento das populações mais vulneráveis e o equilíbrio das contas.

A melhoria na condição das contas já pode ser sentida na oferta de serviços. Na saúde tivemos uma série de avanços com os postos abertos até 22h (Modelo, São Carlos, Tristeza e Ramos) e com a Clínica da Família na Restinga, que funciona das 8h às 20h e realiza em média 300 atendimentos por dia. Para 2020, a meta é implementarmos mais Clínicas da Família, novos postos até 22h e novas unidades de serviços residenciais terapêuticos. Revolucionamos a saúde mental. Inauguramos o primeiro Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) IV a céu aberto do Brasil, com atendimento 24 horas, no bairro Floresta, para tratar dependentes de álcool e drogas. Foram entregues outros três CAPS AD e reformadas mais três unidades para atendimento.

A unificação dos serviços de ecografia no Posto Santa Marta fez com que o número de atendimentos triplicasse – até agosto foram 5.621 exames, média mensal de 1,1 mil. A reorganização das filas para consultas especializadas gerou uma redução de 40% no número de pessoas aguardando atendimento em Porto Alegre entre 2018 e junho de 2019 – de 92 mil para 55 mil pessoas. Os atendimentos em oftalmologia também ficaram mais rápidos. Em janeiro de 2018 eram 12.959 pessoas esperando e, em maio deste ano, pouco mais da metade – 7.175.

A ferramenta **Onde está o seu Medicamento?** foi desenvolvida para auxiliar a população a encontrar seus remédios nos serviços de saúde municipal e evitar deslocamentos desnecessários. O desenvolvimento dessa ferramenta foi possível graças à implementação do sistema de informação para controle de estoques. A economia chegou a R$ 4 milhões em 2018, com monitoramento de validade e distribuição de remédios.

Na área social, começou a funcionar em agosto a Estação Cidadania da Restinga que oferece, em um mesmo local, programas e ações culturais, práticas esportivas e de lazer, formação e qualificação para o mercado de trabalho e serviços socioassistenciais. A estimativa é que o empreendimento beneficie cerca de 50 mil pessoas da Restinga e das imediações. Também implementamos um novo modelo de gerenciamento para os restaurantes populares, que atenderão de forma descentralizada e levarão um serviço mais amplo para moradores de rua, as famílias em situação de extrema pobreza e idosos vulneráveis.

Na área da educação, o desafio é sair de um modelo de ensino público totalmente estatal para outro mais eficiente em que a sociedade participa plenamente da governança em favor do desenvolvimento sustentável. Com o trabalho conjunto entre poder público e sociedade civil organizada, a meta é melhorar a qualidade do ensino público no município, com racionalização dos custos e oferta de mais atividades. Hoje são 216 escolas de Educação Infantil contratualizadas e 3 de educação básica. Já no próximo ano, devem ser abertas mais 3 escolas comunitárias de Educação Básica, uma delas de educação especial. São previstas mais vagas no contraturno e mais 1,5 mil vagas na Educação Infantil, num incremento de 7,3% nas vagas, zerando o *déficit* de atendimento de 4 a 5 anos.

Pela primeira vez desde agosto de 2012, a Carris registrou lucro líquido no mês passado, chegando a R$ 124 mil. Além disso, foi encaminhado ao Legislativo projeto de lei solicitando autorização dos parlamentares para contratar um financiamento de R$ 40 milhões junto à Caixa Econômica Federal.

A EPTC passou a ser considerada dependente do ponto de vista financeiro após diversos apontamentos do Tribunal de Contas do Estado. Foi identificado que a empresa não tem receita para se manter sem aportes do Tesouro.

Para transformar a cidade, o governo deu um importante passo com a assinatura do maior contrato para manutenção de praças e parques, no valor de R$ 24, 8 milhões. Os serviços são executados por uma empresa contratada e fiscalizada pela prefeitura e comunidade. O pagamento é por produtividade e as equipes e veículos são rastreados por GPS em tempo real.

Na segurança foi aprovado um projeto que prevê investimentos de R$ 90 milhões. Os recursos serão utilizados para aplicação em projetos de modernização e infraestrutura do Centro Integrado de Comando da Cidade de Porto Alegre (Ceic), fortalecimento da Defesa Civil e da Guarda Municipal, investimentos em equipamentos e sistemas de inteligência, instrumentalização do campo de tecnologia da informação e gestão, e modernização administrativa da área. O valor é 171% maior do que a soma dos investimentos feitos nos últimos dez anos na área, quando o total alcançou R$ 29,4 milhões, considerando recursos do Tesouro Municipal e financiamentos.

Porto Alegre terá o sistema mais moderno, completo e integrado de monitoramento de veículos das capitais. Para comprar os novos equipamentos, a prefeitura aderiu à ata de registros de preços do governo do Estado. A aquisição de kits no valor de R$ 7,8 milhões possibilitará o controle de todas as entradas e saídas da cidade.

A partir da reorganização do Gabinete de Gestão Integrada Municipal, a Prefeitura se uniu ao Estado e à União no combate à criminalidade. Uma das iniciativas implementadas na capital foi o cercamento eletrônico que monitora 850 mil placas/dia. A ferramenta é essencial para a execução de operações de segurança, além de contribuir para a queda das ocorrências de furtos e roubos de veículos (41,5% a menos no mês de setembro).

Só para a recuperação da pavimentação estrutural e funcional, os valores são de R$ 210 milhões – solicitados R$ 130 milhões junto à Caixa, outros R$ 50 milhões contratados com o Banco do Brasil e cerca de R$ 30 milhões já garantidos junto à Corporação Andina de Fomento – Banco de Desenvolvimento da América Latina. Por falta de investimento nos últimos 20 anos, 85% da malha viária está em más condições. E, nos últimos 10 anos, a média anual de aplicação de recursos no Programa de Recuperação de Pavimentos foi de R$ 10 milhões/ano. Hoje está projetado em R$ 60 milhões por ano, devido ao desgaste.

As Parcerias Público-Privadas (PPPs) também vão permitir melhorias nos serviços. Porto Alegre será a primeira cidade com iluminação pública gerenciada por meio de Parceria Público-Privada pelos próximos 20 anos. O investimento será da ordem de R$ 280 milhões. Além da troca de iluminação de postes, também está prevista a instalação de câmeras, sensores, centro de controle, dimerização (graduação da luminosidade das lâmpadas) e iluminação para monumentos. Há ainda parcerias para a instalação de relógios (R$ 81,7 milhões) e de concessões como o Auditório Araújo Viana (R$ 2,36 milhões), o Teatro de Câmara Túlio Piva (R$ 4,4 milhões), toponímicos (R$ 9,5 milhões) e o Capitólio (R$).

Estamos fazendo parcerias e contratos para melhorar a autoestima da população, como a revitalização da Orla do Guaíba, que vai alavancar o turismo e atrair investimentos. O lançamento do edital do trecho 2 da Orla ocorre em breve e tem investimento previsto de R$ 70 milhões. O trecho 3 já tem a ordem de início das obras assinada, com investimento total de R$ 46 milhões.

Nas despesas de custeio, uma das maiores ações foi a redução do gasto com pessoal, o que só foi possível com a otimização da máquina pública a partir da reestruturação administrativa, melhores técnicas de gestão de recursos humanos e com as reformas estruturais, obtida com a redução das vantagens temporais e aumentos automáticos. Somente a redução do chamado crescimento vegetativo das despesas com pessoal, a partir das reformas aprovadas, será da ordem de R$ 26,6 milhões (referentes ao segundo semestre de 2019 e o valor projetado para 2020).

Ressaltam-se ainda a reestruturação da Previdência Municipal, que gera economia estimada em R$ 42 milhões anuais, e a revisão da planta do IPTU, com o ingresso de recursos da ordem de R$ 70 milhões. Outras alterações importantes como a aprovação do projeto que permite a alienação e a permuta de imóveis, que poderá viabilizar projetos como a construção de um novo prédio para o HPS e para o Hospital Presidente Vargas e a construção de um novo Centro Administrativo.

Atualmente, Porto Alegre é líder nacional em cobrança da dívida ativa, com 11% (R$ 205 milhões) de atingimento em 2018. Para 2019, está previsto o atingimento de R$ 220 milhões nesse tipo de arrecadação. Estamos ampliando as receitas tributárias próprias ano após ano, sem nenhum aumento de impostos, apenas apertando a fiscalização, cobrando devedores e melhorando a gestão. Para 2020, o valor previsto no Orçamento é de R$ 2,420 bilhões de arrecadação com ISS, IPTU, ITBI e TCL, frente a um orçamento de 2019 de R$ 2,103 bilhões, 15,07% de crescimento.

O Orçamento Participativo (OP) completa 30 anos em 2019 como experiência democrática de Porto Alegre. Neste ano, a atual gestão inova mais uma vez ao lançar o OP Digital. A plataforma online amplia a transparência e o domínio dos cidadãos sobre a gestão pública. Em seus primeiros meses de funcionamento foram 17.152 visitas, 2.599 usuários cadastrados e 15.418 votos em prioridades apontadas para investimentos. Dezenove países acessaram a plataforma.

Na LOA de 2020, o compromisso do governo com conselheiros e delegados do OP é o de colocar as demandas novas que realmente serão executadas no ano seguinte. Para isso, foi definido um valor de R$ 17,8 milhões para 118 demandas novas que foram definidas pela população através dos ciclos do OP.

Também estão sendo gravadas na LOA, antigas demandas do OP, de gestões passadas, no valor total de R$ 216,9 milhões.

A Lei Orçamentária faz um retrato austero das contas e mostra com transparência a aplicação dos recursos para Porto Alegre. Não há espaço para ampliar gastos e depois não ter condições de cumpri-los. O Orçamento público não é e não pode ser uma peça de ficção, mas, sim, um documento consistente do ponto de vista técnico e que expressa a realidade da destinação do dinheiro público.

Nosso compromisso é entregar serviços que realmente funcionem, principalmente para os que vivem em situação de vulnerabilidade. Esse documento representa o nosso esforço para que Porto Alegre seja uma cidade melhor —agora e no futuro. A administração pública deve servir à sociedade e não a si mesma.

Fizemos todas essas importantes mudanças ao mesmo tempo em que pagávamos precatórios e sem utilizar recursos de fundos, Dmae, receitas extras de vendas de ativos ou folha de pagamento. Não geramos nenhuma despesa permanente ou precatório para a próxima gestão.

Nelson Marchezan Júnior

Prefeito de Porto Alegre,